

Honradas e devotas
Mulheres da colônia.
Condição feminina nos conventos e
recolhimentos do Sudeste do Brasil - 1750-1822

Leila Mezan Algranti*
por *Lourdes Bandeira,*
*Deis Siqueira e Silvia Yannoulas***

O ano de 1993 foi bastante produtivo no que diz respeito à recuperação do passado colonial das mulheres no território brasileiro. Destaca-se, nesse sentido, a edição conjunta por parte da EdUnB e da José Olympio, de uma trilogia: *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*, de Mary del Priore; *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, de Luciano Figueiredo; e o que ora resenhamos. Soma-se, ainda, a essa trilogia, a publicação, pela Bertrand Brasil, de *Rosa Egípcíaca. Uma santa africana no Brasil*, de Luiza Mott.

Esse conjunto de livros permite uma melhor compreensão das condições das mulheres e das formas de representação do feminino que povoavam o Brasil colonial, contemplando as diversas regiões e camadas sociais, bem como as situações ambíguas e paradoxais vividas pelas mulheres nos processos de normatização-punição e transgressão, vida religiosa-mística e laica-secular, trabalhos femininos produtivos e reprodutivos. Sua leitura, além de edificante e até mesmo divertida, também é interessante em termos

* MEZAN ALGRANTI, Leila, (1993) *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro, EdUnB, José Olympio.

** Lourdes Bandeira e Deis Siqueira são professoras do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília; Silvia Yannoulas é pesquisadora da Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina.

informativos, na medida em que reflete um grande investimento na procura e na divulgação de fontes documentais pouco conhecidas. Assim, a recomendação dessas obras não se restringe a historiadores e a historiadoras que estudam e pesquisam as mulheres ou as relações de gênero, mas também pode ser feita aos historiadores em geral, aos sociólogos, aos antropólogos, aos pedagogos, entre outros.

O livro de Algranti, professora de história da Universidade de Campinas, ancora-se em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo, em 1992. Trata da reclusão institucional feminina na Colônia, pesquisando conventos e recolhimentos femininos. Compõe-se de três partes. A primeira, "Levantando os muros da clausura", refere-se à explicitação e à definição da problemática da clausura feminina em instituições religiosas, sobretudo os conventos e os recolhimentos de mulheres, no contexto das relações Colônia-Metrópole. Embora as populações laicas tenham solicitado reiteradamente a instalação de conventos com as mesmas regras e princípios dos existentes na Metrópole, a Coroa negou-se sistematicamente a atender tais pedidos. Isso porque essa privilegiava os matrimônios. Assim, "Espaços de reclusão feminina, os conventos e recolhimentos da Colônia surgiram... como resposta das populações da região Sudeste à política metropolitana contrária ao enclausuramento das mulheres" (106).

Se, por um lado, a autora esclarece o quanto a reclusão foi uma opção importante para as mulheres na Época Moderna, por outro, instiga-nos, ao buscar, para além das generalidades, as diferenças e particularidades da realidade. O objetivo da pesquisa, portanto, foi "detectar os aspectos comuns da vida das mulheres reclusas, sem perder de vista as diferenças e distâncias que mantinham entre si" (4). Nesse esforço, a historiadora lançou mão de dois tipos de fontes, as civis e as eclesiásticas, no intuito de desvendar a combinação entre três aspectos da problemática: Igreja - modelo institucional, Colônia - situação estrutural, e mulheres reclusas - as protagonistas. Nesse sentido, demonstra, por exemplo, o quanto a política da Coroa portuguesa, no que toca ao enclausuramento na Metrópole, foi diferente em relação à política para a Colônia e mesmo o quanto teria sido distinta a situação vivida pelas mulheres na América espanhola, onde "a vida monacal feminina contou com apoio institucional para florescer" (322).

A segunda parte, "Mulheres enclausuradas", prioriza o significado da clausura em termos da honra e da virtude das mulheres. Indica como as primeiras fundações de casas de reclusão feminina — religiosas ou leigas — surgem, no Sudeste brasileiro, entre o final do século XVII e meados do XVIII, ou seja, quando o pólo econômico deslocava-se do nordeste para as

regiões de mineração. Essas casas são definidas como “instituições de caráter misto, que serviam tanto às necessidades religiosas, como aos interesses mais mundanos, granjeando o apoio das autoridades civis e eclesiásticas e de particulares, conforme os objetivos explicitados no momento de suas fundações. Moldaram-se às realidades americanas e desempenharam múltiplas funções, independentemente do fato de serem denominados conventos ou recolhimentos e de terem ou não autorização régia ou papal para funcionarem” (106).

Sistematiza, a partir de uma dimensão quantitativa e qualitativa, a população feminina nas instituições de clausura, destacando que, entre 1750 e 1822, os Conventos da Ajuda e de Santa Teresa, do Rio de Janeiro, os Recolhimentos de Santa Tereza e da Luz, em São Paulo, e o Recolhimento de Macaúbas, em Minas Gerais, abrigavam 361 mulheres e meninas.

A última parte, “À sombra dos círios: O cotidiano das mulheres sós”, descreve e analisa o cotidiano das mulheres enclausuradas, enfatizando a disciplina — o tempo do sino —, a sociabilidade, a educação e as práticas devotas e místicas — virtude, obediência, pobreza, castidade, penas e culpas —, sendo que a castidade era a preocupação central por parte dos bispos e dos guias espirituais e, portanto, da legislação que se fazia a respeito.

No que toca à metodologia, destaca-se a particularidade de um dos instrumentos utilizados pela autora em sua investigação quando recorre a histórias de vida de um conjunto significativo de mulheres: a infanta dona Joana, princesa de Portugal, filha do rei dom Afonso V; Jacinta de Jesus, no Rio de Janeiro, fundadora da Ordem Carmelita no Brasil; e as filhas da famosa mineira Chica da Silva com o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira. Essas histórias refletem diferentes formas de institucionalização da clausura feminina. Simultaneamente, ao lançar mão de “contos” diferenciados — uma princesa, uma santa e as filhas da transgressora Chica da Silva —, permitiu-nos pensar mais globalmente, ou seja, a própria clausura como fenômeno da modernidade no Ocidente.

Nessa direção também demonstra como a reclusão de mulheres no Brasil colonial nem sempre se dava de forma voluntária, por escolha vocacional ou por devoção das jovens. Ao contrário, muitas mulheres leigas foram enclausuradas em nome das normas morais e religiosas, com o intuito de se preservar a castidade e os bons costumes, ou simplesmente pelo desejo dos pais. A clausura feminina fundamentava-se em várias situações diferenciadas: a preservação da honra e da virtude, leia-se controle da sexualidade, a punição à rebeldia, a devoção e a educação das meninas e também para afastar as mulheres do espaço público, com a justificativa de protegê-las,

ainda que o objetivo verdadeiro fosse, na maioria dos casos, puni-las. Os motivos podiam ainda ser a falta de pretendentes, a falta de dote ou a devoção do país. Destaca-se, portanto, o caráter duplo dos recolhimentos: casa de correção e educandário. Assim, esses podiam ser, além de casa para órfãs, local para serem colocadas mulheres em depósito e casas de correção para aquelas que ameaçassem a honra da família. Apesar do título do livro destacar as “honradas e devotas”, o texto vai elucidando como na clausura encontravam-se também as desonradas e as mulheres nem tanto devotas.

Contudo, Leila Algranti tem o cuidado de também trazer à tona as diversas formas de resistência das mulheres na Colônia, criticando, com razão, pesquisas mais recentes que, ao questionarem as imagens e as representações das mulheres consagradas pelos autores clássicos da história e da antropologia brasileiras, como mulheres passivas, submissas e reclusas, mulheres do lar ou do convento, tenderam a construí-las de forma desfavorável, ou seja, como mulheres lascivas, rebeldes, sensuais e públicas. Assim, ao se criticar os discursos permeados por estereótipos de reclusão, de passividade e de religiosidade femininas, ter-se-ia criado outros: o da mulher rebelde e transgressora. “Em busca de um outro perfil da mulher brasileira, historiadores e antropólogos vasculharam os arquivos e não só comprovaram a participação da mulher na história, mas também localizaram múltiplos exemplos da combatividade feminina e de sua resistência à dominação masculina [...] Romper com o estereótipo da reclusão das mulheres pode significar excluir da história as menos ousadas, possivelmente a grande maioria” (59).

Ao destacar as distintas formas de resistência da mulheres, ao falar das “piedosas, místicas e visionárias”, indica como essas últimas colocavam-se na fronteira entre o permitido e o proibido e escapavam ao controle da Igreja, falando com a autoridade de “quem viu”, enquanto os outros não viram. “A visionária é... aquela que percebe, ou imagina perceber, por meio de comunicações sobrenaturais, coisas ocultas aos homens” (309). Ou seja, tratava-se de uma das formas de romper limites impostos às mulheres. Com as visões, essas invadem o território masculino, irrompendo na esfera pública, perturbando a ordem dominadora dos homens sobre as mesmas.

A autora chama ainda a atenção para o papel da indisciplina, sendo frequentemente chamadas de “surdas” as mulheres indisciplinadas que resistiam ao discurso normatizador e normalizador. Por sua vez, a própria clausura caracterizou-se, para muitas mulheres, como transgressão, na medida em que foi uma estratégia para fugirem de matrimônios indesejados ou de matrimônios sem sucesso. O matrimônio tampouco se realiza na Colônia, como

previsto pela Coroa. A aplicação de rígidos valores e de fortes interdições por parte da Metrópole aos trópicos, esbarrou na defasagem entre o projeto idealizado e sua realização. “Toda instituição que se alimenta de absolutos sofre da amenização e do arrefecimento de suas propensões totalizantes. A família patriarcal, instrumento de ordenação à lógica etnocentrista e androcêntrica européia, defronta-se com a concreta dominância e expansão dos concubinatos” (172). Apesar de a maioria das uniões não ser sacramentada e das diferenças de valores e de desejos existentes entre as diversas camadas sociais existentes na Colônia, havia um anseio bastante generalizado, pelo menos para as mulheres livres: a conquista de um “estado”, ou garantia de respeitabilidade e legitimidade, via matrimônio ou religião.

Como já se pôde notar, uma das grandes qualidades do trabalho de Leila Mezan Algranti é seu trânsito pelas ambigüidades, contradições e movimentos da realidade e do período investigados. Assim, esse anseio de “dar estado” a todas as mulheres da família implicava, em muitos casos, arranjos domésticos, nos quais, necessariamente, alguma ou algumas das filhas tinham de se enclausurar para que outra ou outras pudessem casar-se. O matrimônio e a vida religiosa eram, conseqüentemente, as combinações importantes que se fazia na Colônia, na orquestração criativa das práticas sociais. A autora é bastante perspicaz ao perceber a preservação da honra não apenas como aspecto referente às mulheres, mas sim como elo entre os gêneros e como eixo da família: o comportamento das mulheres — esposa e filhas — como responsável pela honra de maridos, de pais e da própria família.

A figura feminina foi lida e apreendida como elemento constituinte da imensa e variada gama de personagens expurgados do sistema e das normas colonialistas. Permite-nos, então, localizá-la como imagem simbólica fundamental para a compreensão das contradições que imperavam na sociedade colonial. Nesse sentido, a historiadora deparou-se com referências à conduta moral das mulheres, cujos pais ou maridos solicitavam a interferência do Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, para enviá-las ao recolhimento feminino da Santa Casa da Misericórdia. Essa documentação sugeria que os recolhimentos eram “soluções possíveis para mulheres que, de certa forma, não correspondiam às expectativas da sociedade, isto é, esposas infiéis e filhas insubmissas. Mas a documentação da polícia também apontava na direção de outras mulheres: órfãs, viúvas, ou aquelas cujos maridos estavam ausentes temporariamente” (3).

Se, por um lado, havia mulheres devotadíssimas, que respeitavam rigorosamente os regulamentos, por outro, havia as que utilizavam o espaço da

clausura para terem uma vida mais livre e mais independente do que poderiam usufruir junto aos familiares. Esse é o tema dos capítulos V e VI. Assim, além das grandes qualidades do texto no que toca à identificação das ambigüidades, dos paradoxos, dos movimentos, lembramos, também, o cuidado que as subjetividades merecem: “havia um destino para cada uma, mas que elas moldavam a seu gosto” (238). Havia um ideal de vida para as mulheres — serem honradas e devotas — e a clausura era uma forma ou uma opção para a realização desse ideal. Para muitas mulheres, no entanto, essa opção se deu porque negavam tal ideal. Assim, eram locais para devotas e, paradoxalmente, locais também para o “rebotalho” da sociedade.

Outro aspecto interessante diz respeito ao fato de os conventos e os recolhimentos serem situados como espaços de projeção dos valores da sociedade, interagindo com a mesma. Não eram, assim, instituições totalmente fechadas. A autora identifica um duplo movimento de encerramento-interação entre os conventos-recolhimentos e a sociedade envolvente, além de identificar a existência de hierarquias entre os mesmos.

Ademais, Leila Algranti demonstra que se, por um lado, a preocupação principal era com a honra e com a virtude da mulher, por outro, o recolhimento era a única opção educacional para as mulheres da Colônia no século XIX, na falta absoluta de ensino institucionalizado.

No que toca, entretanto, ao contexto educacional durante o período, a autora atribui ao catolicismo a origem e a expansão da universalização da instrução popular e da imagem da “mãe-educadora”. Necessário se faz observar que esses ideários educacionais tiveram a sua verdadeira origem no âmbito do protestantismo, seja pela necessidade da leitura direta de textos sagrados por parte dos fiéis, seja pela construção discursiva da figura maternal, mediante as análises feitas pelos pedagogos da época.

Para o protestantismo, a alfabetização e a instrução popular eram fundamentais, dado que assim os fiéis poderiam ler a Bíblia em língua vernácula. O papel da esposa do pastor, nesse contexto, também era importante, na medida em que a educação se fazia extensiva às crianças da comunidade. As análises da expansão da alfabetização na Europa também o demonstram, pois, segundo vários historiadores, o conjunto da Europa católica concentrava em torno de 70% a 80% de analfabetos, que não sabiam ler os textos bíblicos elementares, enquanto na Europa protestante esses índices caíam para 55% a 65% de analfabetos.

Em relação ao conceito de “mãe-educadora”, faltou à historiadora perceber que as primeiras idéias e realizações nesse domínio deveram-se também a países vinculados à Reforma protestante. Não só os primeiros

pedagogos que trabalharam o conceito, articulando a figura da mãe à educação, eram da Europa protestante — Comenio, Pestalozzi, Froebel, entre outros —, mas também as primeiras realizações da prática institucionalizada do magistério feminino foram norte-americanas. Ao contrário, na França, Rousseau propôs a educação dos filhos fora do âmbito maternal e no modelo jesuíta também não havia espaço para a figura materna.

A ambigüidade do texto, nesse ponto, permite-nos perguntar qual seria — se a Igreja Católica concedeu às mães um papel educador tão central — o sentido da clausura feminina que, como destaca a própria autora, no Brasil colonial, colocou meninas com menos de cinco anos de idade nos recolhimentos?

A autora consegue captar e descrever com acuidade as diferenças entre as respostas dadas pelas Coroas lusitana e espanhola, no que diz respeito às demandas locais de institucionalização da clausura feminina, indicando como os fatores econômicos e populacionais não podem explicar totalmente aquelas diferenças. No entanto, Algranti não consegue identificar as outras razões substantivas, os outros fatores que explicariam as diferentes respostas dadas pelas Metrôpoles. Se a limitação à expansão da clausura no território brasileiro era a política de Portugal, como se explicaria o fato de os recolhimentos e conventos coloniais terem entrado em decadência após a Independência?

A contribuição significativa da historiadora ancora-se em torno da demonstração da intolerância religiosa hegemônica em relação às mulheres. Se, por um lado, o discurso da Igreja confundia-se com o discurso do colonizador no uso excessivo da disciplina, do recato e da virtude das mulheres e no discurso da honra dos homens, por outro, os conventos e os recolhimentos representaram um artifício misógino contra as mulheres: local onde essas deveriam guardar seus corpos de seus próprios desejos, bem como dos desejos masculinos. Esse artifício permitiu assentar as bases para o projeto de higienização das cidades ocorrido no final do século passado e no início do século XX, tal como nos apresentou Margareth Rago, em sua obra *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*.

Por fim, apesar de as solteironas não terem sido objeto de estudo da autora, vale a pena apontar algumas questões que a própria leitura do texto suscita. Por exemplo, como se articulavam as opções de recolhimento e de celibato para as mulheres da Colônia? Que possíveis fatores levavam algumas a “optar” pelo celibato? Afinal, o que pode se destacar é que esse estado foi construído seja como “espaço marginal” — porque “renegadas” pelos homens —, seja como “espaço de devoção” — que se materializava,

sobretudo, na dimensão naturalizada do feminino: “cuidar” da casa, dos sobrinhos, dos idosos, dos doentes, praticar caridade etc. Portanto, todas as mulheres estavam “classificadas”, fixadas em um estatuto, ora com legitimidade e respeitabilidade, ora como marginais e como renegadas. Ainda assim, o que queremos enfatizar é que os códigos classificatórios-fixos não foram suficientemente rígidos para anular as ambigüidades, as resistências, as opções e os desejos próprios das mulheres.

Referências Bibliográficas

- BOWEN, James, (1985) *História de la educación occidental*, tomo III, “El Occidente Moderno. Europa y el Nuevo Mundo”. Barcelona: Herder.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle, (1994) *História das mulheres*, vol. IV, “O século XX”. São Paulo/Porto: Afrontamento/EBRADIL.
- RAGO, Margareth, (1985) *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOEIRO, Susan, (1979) “The feminine orders in Colonial Bahia, Brasil. Economic, social and demographic implications, 1677-1800”, in LAVRIN, Assunción (org.), *Latin american women historical perspective*. Connecticut: Greenwood Press, pp. 172-197.